**DECRETO Nº 54.009,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009**

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos Convênios ICMS-137/08 e 156/08, celebrados em Foz do Iguaçu, PR, no dia 5 de dezembro de 2008,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam acrescentados os dispositivos adiante indicados ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30 de novembro de 2000, com a seguinte redação:

I - do artigo 2º do Anexo I:

a) ao item 3 do § 1º, a alínea “g”:

“g) Darunavir, 3004.90.79 (Convênio ICMS-10/02, cláusula primeira, I, “c”, na redação do Convênio ICMS-137/08, cláusula primeira, I). “ (NR);

b) ao item 2 do § 2º, a alínea “g”:

“g) Darunavir, 3004.90.79 (Convênio ICMS-10/02, cláusula primeira, II, “b”, na redação do Convênio ICMS-137/08, cláusula primeira, II). “ (NR);

II - ao artigo 41 do Anexo I, o inciso XVII:

“XVII - extrato pirolenhoso decantado, piro alho, silício líquido piro alho e bio bire plus, para uso na agropecuária (Convênio ICMS-100/97, cláusulas primeira e terceira, com a redação da cláusula primeira dada pelo Convênio ICMS-156/08).” (NR);

III - ao artigo 9º do Anexo II, o inciso XIV:

“XIV - extrato pirolenhoso decantado, piro alho, silício líquido piro alho e bio bire plus, para uso na agropecuária (Convênio ICMS-100/97, cláusula primeira, na redação do Convênio ICMS-156/08).” (NR).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 1º de janeiro de 2009.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2009

JOSÉ SERRA

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 12 de fevereiro de 2009.

OFÍCIO GS-CAT Nº 35-2009

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30 de novembro de 2000.

As alterações propostas decorrem da necessidade de adequar o Regulamento do ICMS ao disposto nos Convênios ICMS-137/08 e 156/08, celebrados em Foz do Iguaçu, PR, no dia 5 de dezembro de 2008.

Apresento, assim, resumidas explicações sobre os dispositivos que compõem a minuta anexa.

O artigo 1º acrescenta dispositivos ao Regulamento do ICMS, a saber:

1 - o inciso I, alínea “a”, acrescenta a alínea “g” ao item 3 do § 1º do artigo 2º do Anexo I, de modo a incluir o medicamento à base de Darunavir entre os produtos beneficiados com a isenção do imposto na importação de medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS, conforme previsto no Convênio ICMS-137/08 que acrescentou referido produto ao Convênio ICMS-10/02, cláusula primeira, I, “c”;

2 - o inciso I, alínea “b”, acrescenta a alínea “g” ao item 2 do § 2º do artigo 2º do Anexo I, de modo a incluir o medicamento à base de Darunavir entre os produtos beneficiados com a isenção do imposto na saída interna ou interestadual de medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS, conforme previsto no Convênio ICMS-137/08 que acrescentou referido produto ao Convênio ICMS-10/02, cláusula primeira, II, “b”;

3 - o inciso II acrescenta o inciso XVII ao artigo 41 do Anexo I, de modo a incluir os insumos agropecuários extrato pirolenhoso decantado, piro alho, silício líquido piro alho e bio bire plus entre os produtos que se beneficiam da isenção do imposto nas operações internas, em decorrência do acréscimo desses insumos pelo Convênio ICMS-156/08 entre os beneficiados nas saídas interestaduais com a redução da base de cálculo prevista na cláusula primeira do Convênio ICMS-100/97, salientando que a concessão da isenção encontra-se autorizada na cláusula terceira deste mesmo convênio;

4 - o inciso III acrescenta o inciso XIV ao artigo 9º do Anexo II, de modo a incluir os insumos agropecuários extrato pirolenhoso decantado, piro alho, silício líquido piro alho e bio bire plus entre os produtos beneficiados com a redução da base de cálculo do imposto incidente nas saídas interestaduais, prevista na cláusula primeira do Convênio ICMS-100/97 alterado pelo Convênio ICMS-156/08, conforme descrito no item 3.

O artigo 2º dispõe sobre a vigência dos dispositivos comentados.

Com essas justificativas e propondo a edição de decreto conforme a minuta, aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de estima e alta consideração.

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor JOSÉ SERRA

Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

**DECRETO Nº 54.010,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inversão de fases prevista no artigo 40, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1.989, nas licitações realizadas no âmbito da Administração direta e indireta, inclusive as sociedades de economia mista, do Estado de São Paulo, nas modalidades concorrência, tomada de preços ou convite

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Sem prejuízo do cumprimento do disposto no Decreto estadual nº 51.469, de 2 de janeiro de 2007, as licitações realizadas no âmbito da Administração direta e indireta, inclusive as sociedades de economia mista, do Estado de São Paulo, nas modalidades concorrência, tomada de preços ou convite, deverão ser processadas com a inversão de fases prevista nos incisos II a VIII, do artigo 40, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, com a redação dada pelo artigo 1º, da Lei estadual nº 13.121, de 7 de julho de 2008.

Parágrafo único - As licitações realizadas para a concessão de serviços públicos e para a contratação de parcerias público-privadas deverão atender à inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento nos termos previstos, respectivamente, no artigo 18-A da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no artigo 13 da Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Artigo 2º - A eventual impossibilidade de processamento na forma prevista no artigo 1º deverá ser justificada pela autoridade responsável pela licitação no ato em que determinar a abertura do respectivo processo administrativo.

Artigo 3º - A Corregedoria Geral da Administração, dentro de suas atribuições, deverá acompanhar o cumprimento das disposições deste decreto.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2009

JOSÉ SERRA

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 12 de fevereiro de 2009.

OFÍCIO Nº /2009 - GS

Senhor Governador,

Tenho a honra de cumprimentá-lo e, ao ensejo, encaminhar para apreciação de Vossa Excelência a minuta de decreto anexa, com a respectiva exposição de motivos e os estudos que embasaram a regulamentação proposta, tornando obrigatória a utilização da inversão de fases no procedimento licitatório, que permite realizar a análise preliminar das propostas apresentadas pelos interessados e, posteriormente, a análise da habilitação dos classificados.

O objetivo primordial desta minuta de decreto é tornar efetiva a adoção dos procedimentos especificados na Lei Estadual nº 13.121, de 7 de julho de 2008, visando racionalizar e simplificar o procedimento licitatório, permitindo reduzir o tempo de tramitação, propiciar maior agilidade, deslocar a fase mais litigiosa para o final do procedimento e inibir a interposição de recursos meramente protelatórios.

Essa obrigatoriedade alcança as modalidades de licitação concorrência, tomada de preços e convite, preservando a obrigatoriedade da utilização da modalidade pregão para as aquisições de bens e serviços comuns.

Sem outro particular, aproveito a oportunidade para apresentar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

A Sua Excelência o Senhor

Doutor JOSÉ SERRA

DD. Governador do Estado de São Paulo

**DECRETO Nº 54.011,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009**

Convoca a Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e dá providências correlatas

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica convocada a Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, nos termos do Decreto de 8 de dezembro de 2008 da Presidência da República e do artigo 54 do Regimento Interno da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, aprovado pela Portaria nº 2.482, de 11 de dezembro de 2008, do Ministério da Justiça.

Artigo 2º - Fica criada a Comissão Organizadora Estadual - COE que será responsável pela organização da etapa estadual da conferência de que trata o artigo anterior.

Artigo 3º - A Comissão Organizadora Estadual - COE cabe:

I - coordenar, promover e realizar a Etapa Estadual da 1ª CONSEG;

II - realizar o planejamento de organização da Etapa Estadual da 1ª CONSEG;

III - orientar os trabalhos das Comissões Organizadoras Municipais;

IV - mobilizar a sociedade civil, os trabalhadores da área de segurança pública e o Poder Público no âmbito de sua atuação, no Estado ou no Município, para organizarem e participarem da 1ª CONSEG;

V - viabilizar a infraestrutura necessária à realização da Etapa Estadual;

VI - definir a programação da Etapa Estadual, conforme orientação da Comissão Organizadora Nacional - CON;

VII - produzir e divulgar a avaliação da Etapa Estadual;

VIII - providenciar ampla divulgação do relatório final da Etapa Estadual;

IX - definir o tamanho da Etapa Estadual, em seu número de participantes, em conformidade com a proporcionalidade do plenário da Etapa Nacional;

X - acompanhar a execução dos recursos destinados à realização da Etapa Estadual;

XI - fomentar a implementação das resoluções da 1ª CONSEG;

XII - deliberar sobre a forma de eleição dos participantes da Etapa Estadual, conforme orientação da Comissão Organizadora Nacional - CON;

XIII - deliberar, com a supervisão da Comissão Organizadora Nacional - CON, sobre todas as questões referentes à Etapa Estadual que não estejam previstas no Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 2.482, de 11 de dezembro de 2008.

Artigo 4º - O Secretário da Segurança Pública será o Coordenador Geral da Comissão Organizadora Estadual da Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

§ 1º - A Comissão Organizadora Estadual contará com um Coordenador Executivo designado pelo Coordenador Geral.

§ 2º - Na ausência do Coordenador Geral o Secretário Adjunto da Secretaria da Segurança Pública coordenará os trabalhos da Comissão, sendo este, em seus impedimentos, substituído pelo Coordenador Executivo.

Artigo 5º - O Coordenador Geral de que trata o artigo anterior, designará, mediante resolução, os membros integrantes da Comissão Organizadora Estadual.

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2009

JOSÉ SERRA

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão

Secretário da Segurança Pública

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 12 de fevereiro de 2009.

**DECRETO Nº 54.012,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009**

Dispõe sobre a admissão na Ordem do Ipiranga

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Ipiranga,

Decreta:

Artigo 1º - É admitido na Ordem do Ipiranga, instituída pelo Decreto nº 52.064, de 20 de junho de 1969, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.078, de 24 de junho de 1969, e alterações posteriores, o Doutor DOMINGO MARCOLINO BRAILE, no grau de Comendador.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2009

JOSÉ SERRA

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 12 de fevereiro de 2009.

**DECRETO Nº 54.013,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009**

Revoga o Decreto nº 49.141, de 28 de dezembro de 1967, que dispõe sobre a exploração e o uso de cerradões, cerrados e campos sujos, do Estado e dá outras providências

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica revogado o Decreto nº 49.141, de 28 de dezembro de 1967.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2009

JOSÉ SERRA

Francisco Graziano Neto

Secretário do Meio Ambiente

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 12 de fevereiro de 2009.

**DECRETO Nº 54.014,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009**

Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 53.606, de 23 de outubro de 2008, que transfere da administração da Secretaria da Educação para a da Secretaria de Desenvolvimento o imóvel que especifica, e autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de São Paulo, de fração do mesmo bem

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - O parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 53.606, de 23 de outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único - Da área total a que alude o “caput” deste artigo, a parcela de 4.435,00m² (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), a ser delimitada em planta, destinar-se-á à instalação de unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, ficando a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito, por prazo indeterminado, em favor do Município de São Paulo, da fração remanescente, visando à instalação de centro popular de compras”. (NR)

Artigo 2º - A permissão de uso a que alude o artigo anterior será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, devendo constar desse instrumento as condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2009

JOSÉ SERRA

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretária da Educação

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Secretário de Desenvolvimento

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 12 de fevereiro de 2009.

Atos do Governador

DECRETOS DE 12-2-2009**Designando:**

com fundamento no art. 13 da LC 125-75, com redação alterada pela LC 695-92, e nos termos dos arts. 124-C e 124-F do Dec. 13.878-79, incluídos pelo art. 2º do Dec. 30.518-89, Luis Eduardo Batista para integrar, como membro, a Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral - CPRTI, na qualidade de representante de livre escolha do Governador, em vaga decorrente da dispensa de João Paulo Feijão Teixeira (D.O. 20-6-08);

nos termos do parágrafo primeiro da cláusula segunda do Convênio de Cooperação Federativa que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça, e o Estado de São Paulo, visando a promover a institucionalização do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, Miriam Ferreira Costa Neves, RG 3.936.486-0, para integrar, como membro suplente, o Grupo de Trabalho para interlocução com o Ministério da Justiça, a fim de planejar a implementação das ações do Pronasci elencadas na Cláusula Primeira do referido instrumento, na qualidade de representante da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, em substituição a Antonio Cândido Dinamarco, RG 2.365.952, que fica dispensado.

Nomeando, com fundamento no art. 63, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo, (Quinto Constitucional - Classe Ministério Público) o Doutor Geraldo Luís Wohlers Silveira, para cargo do Desembargador do Tribunal de Justiça.

**DESPACHOS DO GOVERNADOR,
DE 12-2-2009**

Nos processos SS-672-2000, vols. I e II c/aps. SS-1.552-87, vols. I ao VI + SS-1.481-95 + SS-874-96, sobre ressarcimento de débito: “Diante dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se a manifestação do Secretário da Saúde e o parecer 179-2009, da AJG, autorizo que o ressarcimento do débito

Imprensa Oficial

comunicado

Aos Assinantes do Diário Oficial

A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo informa a todos os assinantes que o prazo para reclamação do não recebimento do exemplar do Diário Oficial, em domicílio, é de no máximo 48 horas após a data da edição do jornal.

Após esse período, o exemplar será enviado conforme disponibilidade em nosso estoque.

Gerência de Produtos Gráficos e de Informação